




ARTIGOS LIVRES

# **INTERESSE POLÍTICO E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES: UMA COMPARAÇÃO ENTRE ALEMANHA E BRASIL NO PERÍODO 2013-2018**

*POLITICAL INTEREST AND TRUST IN  
INSTITUTIONS: A COMPARISON  
BETWEEN GERMANY AND BRAZIL  
2013-2018*

Ana Paula Dupuy Patella\* 

Hemerson Luiz Pase\*\* 

Fernanda Castilhos\*\*\* 

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: [anapaulapatella@gmail.com](mailto:anapaulapatella@gmail.com).

\*\* Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Faculdade de Direito (FADIR), Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil,

E-mail: [hemerson.pase@gmail.com](mailto:hemerson.pase@gmail.com)

\*\*\*Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Rio Grande do Sul / Brasil.

E-mail: [franca.fernandac@gmail.com](mailto:franca.fernandac@gmail.com)

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é contribuir com o debate sobre a distinção entre países com democracias consolidadas e países em processo de consolidação. O problema de pesquisa é: qual a relação entre o nível de confiança nas instituições políticas e o interesse por política na Alemanha e no Brasil? Como hipótese investigativa, adotou-se a perspectiva de que (i) quanto maior o interesse por política, maior é a confiança no governo, nos partidos políticos e no Parlamento, ou seja, nas instituições políticas, e, conseqüentemente, (ii) a população alemã confia mais nas suas instituições políticas porque tem maior interesse em política se comparada à população brasileira. A metodologia quantitativa comparou os dados disponíveis na sexta e na sétima onda do World Values Survey. Os resultados confirmam as hipóteses.

**Palavras-chave:** Cultura Política; Comportamento Político; Confiança; Capital Social.

## ABSTRACT

*The objective of this work is to contribute to the debate on the distinction between countries with consolidated democracies and countries in the process of consolidation. The research problem is: what is the relationship between the level of trust in political institutions and the interest in politics in Germany and Brazil? As an investigative hypothesis, we adopted the perspective that (i) the greater the interest in politics, the greater the confidence in the government, in political parties, and in the parliament, that is, in political institutions and, consequently, (ii) the German population trusts its political institutions more because it has a greater interest in politics when compared to Brazil. The quantitative methodology compared data available in the sixth and seventh waves of the World Values Survey. The results confirm the hypotheses.*

**Keywords:** Political Culture; Political Behavior; Trust; Social Capital.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é contribuir com o debate sobre a distinção entre países com democracias consolidadas e países em processo de consolidação. A ideia aqui é verificar se existe sentido naquelas afirmações que dizem que o Brasil é o país da aversão à racionalidade burocrática e política, em comparação com a Alemanha, berço da burocracia, das políticas previdenciárias, mesmo que atravessada por duas guerras mundiais somente no século XX. O Brasil é o país da paz e da tolerância religiosa e racial, mas também é o país da dificuldade de se cumprir a lei e de se manter um jogo minimamente adequado na política.

Para fazer este debate, acionamos a teoria da cultura política, que é sistematizada originalmente por Almond e Verba em 1963, na obra *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*, em que os autores defendem que, nas culturas políticas democráticas, a participação pública na política está relacionada à maior identificação e confiança dos cidadãos na comunidade política e nas instituições governamentais.

Pensando na importância da confiança nas instituições políticas e como isso impacta o sentimento de pertencimento a uma democracia, este trabalho tem como objetivo analisar, a partir de dados disponíveis na sexta e na sétima onda do *World Values Survey*, se o nível de confiança nos governos, nos partidos políticos e no Parlamento interfere no interesse político dos cidadãos do Brasil e da Alemanha. Para desenvolver a tarefa proposta, formulou-se, no presente trabalho, o seguinte problema de pesquisa: qual a relação entre o nível de confiança no governo, nos partidos políticos e no Parlamento, ou seja, nas instituições políticas, e o interesse por política na Alemanha e no Brasil?

Como hipótese investigativa, adotou-se a perspectiva de que (i) quanto maior o interesse por política, maior é a confiança no governo, nos partidos políticos e no Parlamento, ou seja, nas instituições políticas e, conseqüentemente, (ii) a população alemã confia mais nas suas instituições políticas porque tem maior interesse em política quando comparada à população brasileira.

Aparentemente essa hipótese tem um problema de circularidade de variáveis, ou seja, o leitor mais atento pode perguntar se a relação causal não é exatamente contrária, se não é a confiança nas instituições políticas que produz interesse por política. Sem dúvida, essa possibilidade existe e será objeto de aprofundamento desta pesquisa em publicação posterior. Neste momento, nossa opção é testar a relação expressa nas hipóteses.

O que parece evidente é que quando existe uma coisa, existe outra também, ou seja, quando não há interesse por política, não há confiança nas instituições. Veremos que quando retiramos a variável interesse por política, não conseguimos saber qual é uma das características daqueles que confiam ou não confiam nas instituições. Em resumo, essa compreensão pode nos ajudar a pensar se a educação para a cidadania e para a política é relevante ou não para a estabilidade democrática, sendo a confiança nas instituições elemento importante para tal.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do método quantitativo, pela análise e cruzamento dos resultados dos dados disponíveis no *World Values Survey* (WVS) sobre Brasil e da Alemanha nas duas últimas edições desse *survey*, ou seja, nas ondas 6 e 7. Os dados foram extraídos do cruzamento entre a questão V84 com as questões V115, V116 e V117 da onda 6 e os resultados da sua questão correspondente na onda 7, Q199, com as questões Q71, Q72 e Q73. Os cruzamentos de dados formulados em paralelo e serão testados com o qui-quadrado, que, segundo a literatura especializada, é útil para verificar se as relações causais têm correlação ou, ao contrário, são espúrias ou tautológicas (BAQUERO, 2009).

O método quantitativo será complementado com a metodologia comparada, uma das melhores formas de se conhecer objetos sociais e políticos (GONZALEZ, 2008).

Para a realizarmos esta análise, observamos os dados sobre o Brasil e a Alemanha, pois, além de se localizarem em continentes distintos, com desenvolvimentos histórico e cultural diversos, são as maiores economias da América Latina e Europa, respectivamente, e, assim sendo, exercem enorme influência nas decisões políticas das suas regiões, assim como suas decisões impactam os demais países vizinhos.

## **CULTURA POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL**

A ciência política se consolida enquanto área do conhecimento durante o século XX, buscando encontrar regularidades explicativas para os fenômenos políticos, com destaque particular para as transições para as mais variadas experiências democráticas. Uma das concepções teóricas com mais sucesso no interior da ciência política foi o neoinstitucionalismo, que afirma a centralidade das instituições para explicar a configuração das relações de poder de modo geral, funcionando como mecanismos que garantem a estabilidade democrática e a previsibilidade política e, de outro lado, na perspectiva da ação política do cidadão, possibilitam a redução da incerteza, seja para viver, seja para votar. Essa teoria se constituiu originalmente a partir dos federalistas americanos Madison, Jay e Hamilton, que, durante o debate

sobre a necessidade ou não de uma constituição com capacidade de determinação após a independência norte-americana, afirmavam que os homens eram egoístas, ambiciosos e ávidos por poder, e como os governos não eram formados por anjos e sim por homens, era necessário controlar aqueles que tivessem poder para evitar a tirania. A forma de controlar seria através da criação de poderes alternativos, instituições fortes o suficiente para evitar o abuso do poder (MADISON, HAMILTON e JAY, 1993).

Essa corrente ficou mais evidente no pós-guerra, com a escolha racional (*rational choice*) e com o keynesianismo, que apostava na intervenção do governo na economia. Um dos fundadores do neointitucionalismo, Douglass C. North (2001), entende que as instituições têm papel determinante na evolução das sociedades. Além de contribuírem para o desenvolvimento econômico e para a consolidação democrática, as instituições seriam capazes de normalizar e normatizar o sistema político, tanto na formação das políticas públicas, enquanto *output* dos governos, quanto na diminuição de incertezas e necessidade de informações nos processos eleitorais, enquanto *input*.

A teoria do presidencialismo de coalizão, no Brasil, é um exemplo de teoria que se fundamenta na força do funcionamento das instituições. Essa teoria afirma que o sistema político brasileiro, embora presidencialista, funciona analogamente ao parlamentarista, pois o presidente tem inúmeros instrumentos para incentivar a construção de maiorias parlamentares, seja formando o ministério, seja estimulando a disciplina partidária no Congresso (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999).

Em paralelo ao neoinstitucionalismo, se desenvolve a teoria da cultura política, fortemente influenciada pela psicologia social, mas com o mesmo objetivo de buscar regularidades explicativas para os fenômenos políticos. Essas dimensões subjetivas também foram utilizadas para explicar a estabilidade dos regimes, a eficácia institucional e a consolidação da democracia. A cultura política procura explicar a eficácia, durabilidade e funcionamento das instituições a partir de variáveis culturais e/ou psicossociais.

A obra fundadora da teoria da cultura política, *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*, foi escrita por Gabriel Almond e Sidney Verba em 1963. Através do desenvolvimento da metodologia da política comparada, cotejando Estados Unidos da América, Inglaterra, México, Itália e Alemanha, os autores argumentam que as crenças, normas, valores e atitudes explicam o sistema político. Para Almond e Verba (1989), a cultura política é o conjunto de atitudes, normas,

crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social, e tem como objeto fenômenos políticos.

O desenvolvimento histórico das sociedades explicaria as conexões psicossociais com a política, daí que, quão menos atrasada uma sociedade, maior a probabilidade de possuir uma cultura política participativa ou cívica e, portanto, consolidar a democracia (ALMOND e VERBA, 1989).

O trabalho de Almond e Verba foi bastante criticado, sendo acusado de defender uma postura etnocêntrica e universalista, pressupondo uma homogeneidade da cultura política nas sociedades. Além disso, sua metodologia também não passou ilesa e foi fortemente criticada sob a alegação de que a comparação a partir da aplicação de *survey* nos cinco países era pouco confiável em razão das limitações dos instrumentos e técnicas de pesquisa quantitativos da época.

Essas críticas animaram os autores a retomar e redefinir o conceito em obra mais recente (ALMOND e VERBA, 1989), em que renovam sua convicção na direção causal: com a cultura política como variável independente da consolidação democrática.

Essa abordagem estimulou cientistas políticos e sociólogos a relacionarem a cultura política nacional ao regime democrático, alguns identificando tendências à permanência e outros à mudança. Mais recentemente, os estudos de cultura política continuam buscando a conexão com o estado da arte das democracias, embora abertos à sinergia com outras teorias.

Conectado à abordagem da cultura política, na década de 1980, emerge o debate sobre capital social como uma categoria interpretativa para o desempenho institucional, a consolidação democrática e o desenvolvimento. Três autores destacam-se construindo interpretações distintas sobre o capital social. Pierre Bourdieu o define como uma característica que permite ganhos individuais e egoístas a partir de boas relações sociais. Nas palavras do autor: “[...] o capital social é constituído pelo conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento” (BOURDIEU, 1980, p. 2).

Outro autor que utiliza o conceito instrumentalmente é James Coleman, cuja definição considera a possibilidade de facilitar a ação de diferentes tipos de atores sociais. Segundo o autor

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfiar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento. (COLEMAN, 1990, p. 302, 304 e 307).

Bourdieu tem uma perspectiva individual e egoísta do capital social, enquanto Coleman o compreende como facilitador da ação coletiva.

Seguindo a trilha de Coleman, coloca-se o trabalho de Robert Putnam (2000), através do qual o autor acompanha e analisa a implantação dos governos regionais italianos criados na década de 1970 e procura responder as seguintes questões: por que alguns governos democráticos têm bom desempenho institucional e outros não? O que determina o bom desempenho das instituições políticas? As instituições podem mudar a prática dos governos? O desempenho dos governos depende da cultura política de seus cidadãos?

Como se observa, Putnam inicia seu projeto utilizando variáveis institucionais para tentar explicar o desempenho diferenciado dos governos regionais italianos. Não obstante, depois de 20 anos de pesquisa, o autor percebe que, de uma região a outra, se vai da modernidade capitalista industrial, em alguns casos pós-industrial, no Norte, ao Sul, tradicionalmente agrícola. O autor atribui a diferença à cultura política e às tradições cívicas.

As tradições cívicas produzem capital social, que está ligado à ideia de um bem comunitário (PUTNAM, 2000), ou seja, práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação. Nessa conceituação, quanto maior for a capacidade dos cidadãos de confiar uns nos outros, para além de seus familiares, superando o “familismo amoral” (BANFIELD, 1958), assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas, maior será o volume de capital social. A confiança é a expectativa que nasce no meio de uma comunidade de comportamento estável e cooperativo, baseado em normas compartilhadas por estes mesmos membros (FUKUYAMA, 1996).

A questão central para Putnam (2000) é que a confiança, a cooperação e os espaços de participação social entre o Estado e a sociedade são elementos positivos e essenciais para o bom funcionamento das instituições políticas<sup>1</sup>. Ou seja, ele toma da cultura política a variável civismo<sup>2</sup> como uma variável independente, e o desenvolvimento econômico e o desempenho institucional como variáveis dependentes. A favor dessa direção causal, o autor demonstra que as regiões mais cívicas da Itália (o Norte) não começaram sendo mais ricas e nem sempre foram mais ricas, pelo contrário, permaneceram mais cívicas desde o século XI e foi precisamente isso que levou ao desenvolvimento econômico, e não o contrário (PUTNAM, 2000).

Assim, o autor argumenta que se formaram dois sistemas sociais equilibrados na Itália, no Norte, de comunidade cívica, um equilíbrio virtuoso, marcado pela cooperação, confiança e reciprocidade. No Sul não cívico, um equilíbrio vicioso, marcado pela deserção, desconfiança, omissão, exploração. Além disso, esses equilíbrios estão subordinados à trajetória. É a partir dessa reflexão que o autor afirma que tanto os Estados Unidos da América quanto os países da América Latina coincidem no fato de receberem heranças culturais significativas; no entanto, distinguem-se, posto que os norte-americanos foram beneficiados pelas tradições inglesas de descentralização, enquanto os latino-americanos foram prejudicados pelo autoritarismo centralizado, o familismo e o clientelismo que herdaram da Espanha e de Portugal medievais. Os latino-americanos herdaram tradições de dependência vertical, ao passo que os americanos herdaram tradições cívicas horizontais, o que fez toda a diferença.

A partir das obras de Coleman e Putnam, principalmente, é possível inferir que a dimensão subjetiva é adequada para compreender os fenômenos políticos. É nesse sentido que a teoria do capital social é considerada importante, tanto quanto a teoria da cultura política, para compreender o interesse pela política.

Nesse sentido, entendemos que a cultura cívica é uma característica social que possibilita a grupos e segmentos sociais acessar bens ou recursos públicos diretamente através da disputa das políticas públicas, ou, indiretamente, através da influência no mercado eleitoral e da fiscalização do governante, ou seja, na produção do *accountability*. Neste estudo, apesar de todas as possíveis discordâncias teóricas,

---

<sup>1</sup> Não somente para as instituições democráticas, mas também econômicas. Fukuyama (1996) demonstrou que a existência de capital social numa dada sociedade é fator explicativo do tamanho da estrutura industrial ali existente, bem como do desempenho econômico, conseqüentemente.

<sup>2</sup> O que definirá como capital social no capítulo 6 de *Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna* (PUTNAM, 2000).

compreendemos provisoriamente a cultura cívica como sinônimo de capital social, principalmente na versão inspirada em Coleman e Putnam. Nesse sentido, adotamos a sistematização do conceito de capital social elaborada por Pase (2016), que o define como um conjunto de normas de reciprocidade, solidariedade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios sociais diretos e indiretos e sendo determinante na coordenação da ação social.

As sociedades que possuem capital social são mais participativas das organizações da sociedade civil e também da política, participando das eleições, propondo candidaturas, discutindo e disputando políticas públicas e, também, fiscalizando os governos, de modo a construir a crença de que as instituições e organizações públicas estão empreendendo os esforços possíveis para cumprir suas missões. Além disso, como mostra Amartya Sen (2000), empreendem iniciativas no âmbito da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a solução de problemas sociais, o que, seguramente, também contribui para o desenvolvimento enquanto um processo de crescente aumento de capacidades individuais e sociais. A qualidade da sociedade é fundamental para o êxito das instituições e de suas políticas públicas, uma vez que boas instituições podem ajudar os indivíduos a negarem ou simplesmente atalharem a sua determinação histórica.

O empreendimento científico mais interessante sobre o tema em andamento é o projeto *World Values Survey* (WVS), coordenado por Ronald Inglehardt e que objetiva conhecer os valores e crenças das pessoas em relação ao apoio à democracia, à tolerância às minorias étnicas e estrangeiros, ao apoio à religião, em relação à globalização, meio ambiente, políticas públicas, entre outros temas. Desde 1981, uma rede mundial de cientistas sociais conduziu pesquisas em quase 100 países (INGLEHART et al., 2018).

A comparação abordada neste trabalho adota a diferença histórica e cultural dos países latino-americanos e europeus, aqui retratados por Brasil e Alemanha. Tal diferença, sob a perspectiva da literatura culturalista, aponta, de um lado, os países europeus, que passaram por um sólido processo de socialização política, e, de outro, os países da América-latina, que passaram a utilizar o voto quando se transformaram em repúblicas, no século XIX, sem a construção da cultura cívica (RANINCHESKI e CASTRO, 2012).

Essa abordagem estimulou cientistas políticos e sociólogos brasileiros a relacionar a cultura política nacional ao fortalecimento do regime democrático, alguns crendo na

permanência, e outros, na mudança de padrões de comportamento político favoráveis ao desenvolvimento democrático.

Segundo Moisés (2010), a cidadania brasileira é caracterizada pela ambiguidade em relação à democracia, não apresentando convicção sobre suas virtudes e, inclusive, em alguns momentos, preferindo regimes autoritários.

Para Baquero e González (2016), a consolidação democrática é um processo histórico que impõe transformações institucionais tanto quanto psicológicas e comportamentais. Em democracias consolidadas, os cidadãos se relacionam protagonicamente com a política institucional na melhor definição do homem como animal político, ou seja, aquele que encaminha soluções pacíficas para as contradições políticas, econômicas e sociais. No caso brasileiro, o que os autores percebem é que a diferença paradoxal entre o avanço democrático formal e procedimental é inversamente proporcional aos investimentos em políticas públicas sociais, o que tem produzido crises políticas e econômicas recorrentes e gerado uma cultura política cética e desconfiada, que compromete a consolidação democrática (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2016). Essa situação cria, segundo os autores, a democracia inercial, um sistema que tem avanços econômicos, institucionais e políticos agregados que, contudo, não conseguem incorporar os segmentos sociais excluídos historicamente.

Com base nessa linha de compreensão teórica, complementou-se a hipótese de estudo com a expectativa de que a população alemã apresentaria maior interesse pela política do que a brasileira porque confia mais nas suas instituições políticas.

### **CONFIANÇA E INTERESSE POR POLÍTICA: ALEMANHA E BRASIL.**

Conforme explicitado anteriormente, esta investigação produz sua análise a partir da verificação dos resultados das questões V84, V115, V116 e V117 da sexta onda e das questões Q199, Q71, Q72 e Q73 da sétima onda, disponíveis no *World Values Survey*. A primeira delas, questão V84 (sexta onda) e Q199 (sétima onda), responde ao seguinte questionamento (INGLEHART et al., 2018; HAERPFER et al., 2020):

Em que medida o(a) Sr.(a) se interessa por política? O(A) Sr(a) é: (leia e assinale uma resposta)

- |                         |                   |
|-------------------------|-------------------|
| → Muito interessado     | → Não interessado |
| → Interessado           | → Não sabe        |
| → Não muito interessado |                   |

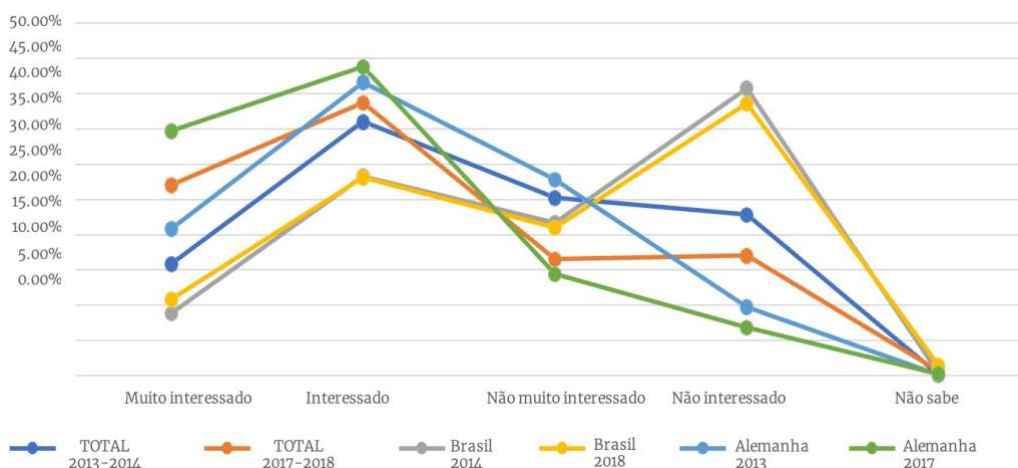
Do levantamento de suas respostas nos dois países escolhidos para a amostra, temos o seguinte resultado (INGLEHART et al., 2018):

**Tabela 1:** Interesse em política

Interesse em política						
	TOTAL 2013-2014	TOTAL 2017-2018	Brasil 2014	Brasil 2018	Alemanha 2013	Alemanha 2017
Muito interessado	15,80%	27,00%	8,80%	10,80%	20,80%	34,70%
Interessado	36,00%	38,70%	28,30%	28,10%	41,60%	43,80%
Não muito interessado	25,20%	16,50%	21,70%	21,00%	27,80%	14,40%
Não interessado	22,80%	17,00%	40,80%	38,60%	9,70%	6,80%
Não sabe	0,10%	0,60%	0,30%	1,40%	0,10%	0,20%
(N)	3.532	5.460	1.486	1.762	2.046	3.698

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 1:** Interesse em política



Fonte: Elaboração própria.

Pelo que se vê, na Alemanha tem-se uma população consideravelmente mais interessada por política, e esse índice mostrou-se crescente nos últimos anos. Em 2013, mais de 62,4% das respostas estavam distribuídas entre as opções “muito interessado” e “interessado”, enquanto no Brasil, em 2014, apenas 37,1% dos entrevistados indicaram tais opções de resposta. Em 2017, o somatório de “muito interessados” e “interessados” era de 78,5% na Alemanha, enquanto no Brasil em 2018 podemos notar a permanência do índice de 37,1%.

Na Alemanha o percentual da população “não interessada em política” é bastante baixo, e decrescente entre 2013 e 2017, com uma queda de 9,7% para 6,8%. No Brasil esse percentual é o mais alto entre as opções de respostas possíveis, mas também

apresentou um pequeno decréscimo – de 40,8% para 38,6% de 2014 para 2018. A maior mudança pode ser notada entre aqueles que se diziam “não muito interessados” na Alemanha, com uma queda significativa de 27,8% em 2013 para 14,4% em 2017.

Depois disso, passamos à verificação dos resultados das questões V115, V116 e V117, da sexta onda, e das questões Q71, Q72 e Q73, da sétima onda do *World Values Survey*, que integram o seguinte enunciado: “Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações?” (INGLEHART et al., 2018).

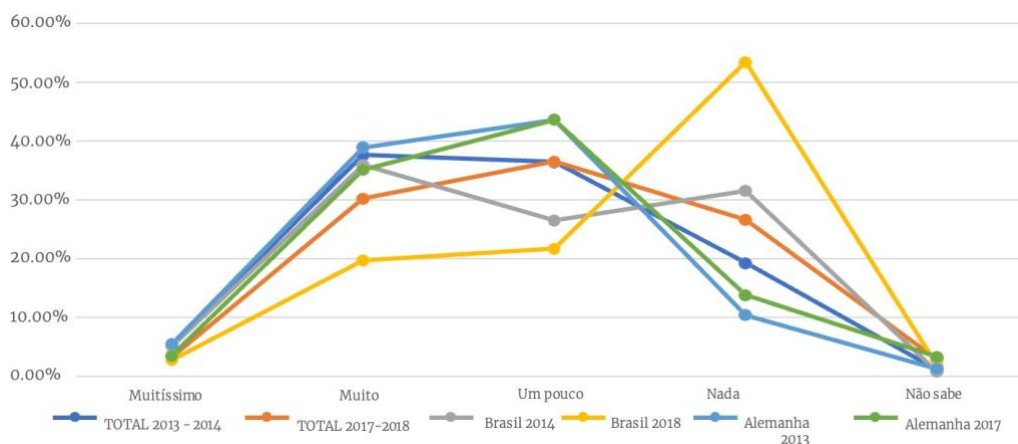
As questões V115 e Q71 medem a confiança no Governo Federal, as questões V116 e Q72 medem a confiança nos partidos políticos, e as questões V117 e Q73 medem a confiança no Parlamento.

Nas questões V115 e Q71 vemos os seguintes resultados (INGLEHART et al., 2018; HAERPFER et al., 2020):

**Tabela 2:** Confiança no governo federal

Confiança no governo federal						
	TOTAL 2013 - 2014	TOTAL 2017-2018	Brasil 2014	Brasil 2018	Alemanha 2013	Alemanha 2017
<b>Muitíssimo</b>	5,30%	3,30%	5,10%	2,80%	5,50%	3,50%
<b>Muito</b>	37,60%	30,20%	35,90%	19,70%	38,90%	35,10%
<b>Um pouco</b>	36,40%	36,50%	26,50%	21,70%	43,60%	43,60%
<b>Nada</b>	19,30%	26,60%	31,50%	53,40%	10,40%	13,80%
<b>Não sabe</b>	1,10%	2,90%	0,80%	1,90%	1,30%	3,30%
<b>Não respondeu</b>	0,20%	0,60%	0,10%	0,40%	0,30%	0,70%
<b>(N)</b>	3.532	5.460	1.486	1.762	2.046	3.698

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 2:** Confiança no governo federal

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se uma clara diferença sobretudo nas respostas “um pouco” e “nada”, sendo que esta última opção, no Brasil, alcança 31,5% das respostas em 2014 e 53,4% em 2018, e na Alemanha apenas 10,4% em 2013 e 13,8% em 2017. Não podemos afirmar que a confiança dos alemães no governo federal é maior que a dos brasileiros, mas podemos concluir que a desconfiança dos brasileiros é maior, e, embora ambas estejam crescentes, a falta total de confiança da população brasileira aumentou consideravelmente.

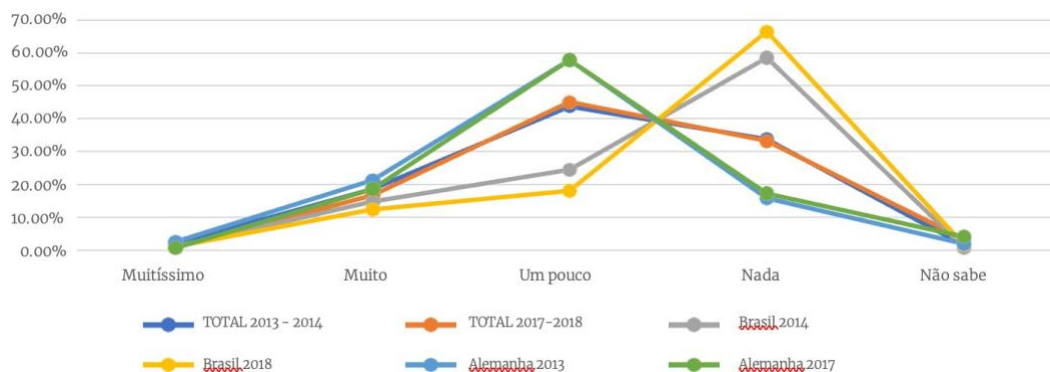
Em relação às próximas duas questões, V116 e Q72 (confiança nos partidos) e V117 e Q73 (confiança no Parlamento), ficam ainda mais claros os maiores níveis de confiança dos alemães nessas instituições quando comparados aos níveis de confiança dos brasileiros.

As respostas às questões V116 e Q72 (confiança nos partidos) têm os seguintes resultados (INGLEHART et al., 2018; HAERPFER et al., 2020):

**Tabela 3:** Confiança nos partidos políticos

Confiança nos partidos políticos						
	TOTAL 2013 - 2014	TOTAL 2017-2018	Brasil 2014	Brasil 2018	Alemanha 2013	Alemanha 2017
<b>Muitíssimo</b>	2,00%	0,90%	1,10%	1,10%	2,60%	0,80%
<b>Muito</b>	18,60%	16,70%	14,80%	12,40%	21,30%	18,70%
<b>Um pouco</b>	43,80%	45,00%	24,50%	18,10%	57,80%	57,90%
<b>Nada</b>	33,80%	33,20%	58,60%	66,50%	15,80%	17,30%
<b>Não sabe</b>	1,50%	3,50%	0,80%	1,70%	2,00%	4,30%
<b>Não respondeu</b>	0,30%	0,80%	0,20%	0,30%	0,40%	1,00%
<b>(N)</b>	3.532	5.460	1.486	1.762	2.046	3.698

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 3:** Confiança nos partidos políticos

Fonte: Elaboração própria.

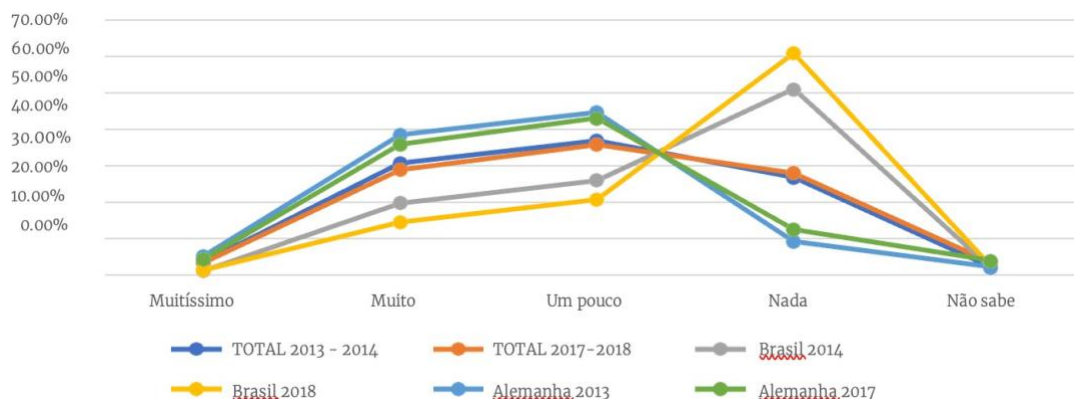
Como se vê na Tabela 3 é absolutamente clara a diferença de confiança nos partidos políticos em ambos os países, e entre as duas ondas analisadas poucas diferenças podem ser percebidas. A análise comparativa de todas as categorias de resposta demonstra os maiores níveis de confiança dos alemães nos partidos políticos se comparados aos brasileiros, de forma que apenas 15,8% dos alemães em 2013 e 17,3% em 2017 não confiam em absoluto nos partidos políticos, enquanto 58,6% dos brasileiros em 2014 e 66,5% em 2018 indicaram essa resposta.

Em relação às questões V117 e Q73 (confiança no Parlamento), o levantamento tem os seguintes resultados (INGLEHART et al., 2018; HAERPFER et al., 2020):

**Tabela 4:** Confiança no Parlamento

Confiança no Parlamento						
	TOTAL 2013 - 2014	TOTAL 2017-2018	Brasil 2014	Brasil 2018	Alemanha 2013	Alemanha 2017
<b>Muitíssimo</b>	3,40%	3,30%	1,20%	1,30%	5,00%	4,20%
<b>Muito</b>	30,60%	28,90%	19,70%	14,40%	38,50%	35,80%
<b>Um pouco</b>	36,80%	35,80%	25,90%	20,60%	44,70%	43,00%
<b>Nada</b>	26,70%	28,00%	51,00%	60,80%	9,10%	12,40%
<b>Não sabe</b>	2,10%	3,50%	2,10%	2,60%	2,10%	3,90%
<b>Não respondeu</b>	0,30%	0,60%	0,10%	0,40%	0,50%	0,70%
<b>(N)</b>	3.532	5.460	1.486	1.762	2.046	3.698

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 4:** Confiança no Parlamento

Fonte: Elaboração própria.

Novamente, identifica-se clara diferença nos níveis de confiança dos alemães quando comparados aos brasileiros, e poucas diferenças entre as ondas estudadas. Desta vez, considerando-se a confiança no Parlamento, apenas 9,1% dos alemães em 2013 e 12,4% em 2017 não confiavam em absoluto, enquanto 51% dos brasileiros em 2014 e 60,8% em 2018 indicaram essa resposta.

Como se viu até aqui, o nível de interesse por política é relevantemente inferior no Brasil em comparação com a Alemanha. Ao mesmo tempo, conforme indicado inicialmente, é relevante também a diferença entre o interesse por política nos dois países, tendo-se, na Alemanha, uma população consideravelmente mais interessada por política do que no Brasil.

Tal relação indica preliminarmente a confirmação da hipótese de estudo, que estimou a relação diretamente proporcional entre as variáveis: quanto maior o nível de confiança no governo, nos partidos políticos e no Congresso, maior o interesse por política. No entanto, para implicar mais credibilidade às indicações preliminares que propõe o presente estudo, se mostra relevante analisar o resultado do cruzamento entre a variável de interesse por política com as variáveis de confiança nas instituições em análise e aplicar o teste qui-quadrado para verificar se a frequência com que esses dados observados nas amostras escolhidas se desviam significativamente ou não da frequência com que eles são esperados. Esse teste busca comparar a distribuição dos acontecimentos das diferentes amostras, a fim de avaliar se as proporções observadas desses eventos mostram ou não diferenças significativas ou se as amostras diferem significativamente quanto às proporções desses acontecimentos. Dessa forma, podemos afirmar com maior precisão se existe de fato uma relação entre o interesse em política e a confiança nas diferentes instituições democráticas.

O primeiro cruzamento efetuado relaciona o interesse por política (V84; Q199) com o nível de confiança no governo federal (V115; Q71). Para o Brasil, em 2014, vemos os seguintes resultados (INGLEHART et al., 2018):

**Tabela 5:** Interesse em política e confiança no governo federal 2011-2014 – Brasil

Interesse em política	Confiança no governo federal									
	Total		Muitíssimo		Muito		Um pouco		Nada	
<b>Muito interessado</b>	8.80%	131	20.50%	16	11.10%	59	6.60%	26	6.50%	30
<b>Interessado</b>	28.30%	421	40.30%	31	31.50%	168	31.80%	125	20.30%	95
<b>Não muito interessado</b>	21.70%	322	11.10%	8	24.70%	132	23.70%	93	18.60%	87
<b>Não interessado</b>	40.80%	606	25.40%	19	32.50%	174	37.90%	149	54.40%	255
<b>Não sabe</b>	0.30%	4	2.80%	2	0.20%	1	-	-	0.30%	1
<b>(N)</b>		<b>1,486</b>		<b>76</b>		<b>534</b>		<b>394</b>		<b>468</b>

Fonte: Elaboração própria.

Em 2017, vemos para o Brasil os seguintes resultados (HAERPFER et al., 2020):

**Tabela 6:** Interesse em política e confiança no governo federal 2017-2020 – Brasil

Interesse em política	Confiança no governo federal									
	Total		Muitíssimo		Muito		Um pouco		Nada	
<b>Muito interessado</b>	10,80%	190	7,80%	4	11,20%	39	9,80%	37	11,50%	108
<b>Interessado</b>	28,10%	495	30,10%	15	35,90%	125	35,60%	136	22,30%	210
<b>Não muito interessado</b>	21,00%	370	21,40%	11	21,50%	75	25,10%	96	19,50%	183
<b>Não interessado</b>	38,60%	680	38,80%	19	29,30%	102	28,20%	108	45,40%	427
<b>Não sabe</b>	1,40%	25	1,90%	1	1,50%	5	1,10%	4	1,30%	12
<b>(N)</b>		<b>1.762</b>		<b>50</b>		<b>348</b>		<b>382</b>		<b>941</b>

Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, dentre os cidadãos muito interessados em política, aqueles que têm absoluta confiança no governo federal decresceram significativamente entre os anos de 2014 e 2018. 20,5% confiavam muitíssimo em 2014, e em 2018 esses eram apenas 7,8%. Também é possível perceber um aumento entre aqueles que não confiam nada no governo federal dentro do grupo que se interessa por política. Vários fatores podem explicar o ocorrido: o país entrou em uma crise econômica em 2015 e, no ano de 2016, passou pelo *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, bastante motivado por essa crise, e, em 2018, o presidente era então

aquele que havia sido seu vice-presidente eleito em 2014, mas com pouca legitimidade para o cargo.

Os testes qui-quadrado aplicados nessas duas comparações apresentaram resultados bem menores que 0,05, com exceção da relação entre aqueles que possuem interesse e confiam muito no governo federal no ano de 2018, que apresentou significância de 0,97. De modo geral, os dados mostram uma correlação entre o interesse em política e a confiança nos governos. Não obstante, em 2018, a variável “muita confiança no governo federal” não estava atrelada ao maior o interesse na política.

Na Alemanha, na sexta onda vemos os seguintes resultados (INGLEHART et al., 2018):

**Tabela 7:** Interesse em política e confiança no governo federal 2011-2014 – Alemanha

Interesse em política	Confiança no governo federal									
	Total		confiam muito		confiam		confiam pouco		não confiam	
Muito interessado	20.80%	426	33.40%	37	21.20%	169	18.40%	164	22.00%	47
Interessado	41.60%	851	43.90%	49	47.50%	378	40.10%	358	27.30%	58
Não muito interessado	27.80%	569	16.40%	18	25.60%	204	30.70%	274	29.20%	62
Não interessado	9.70%	198	6.30%	7	5.60%	45	10.80%	96	21.50%	46
Não sabe	0.10%	2	-	-	0.10%	1	-	-	-	-
(N)		<b>2,046</b>		<b>112</b>		<b>795</b>		<b>893</b>		<b>213</b>

Fonte: Elaboração própria.

Em 2017, a seguinte distribuição pode ser notada (HAERPFER et al., 2020):

**Tabela 8:** Interesse em política e confiança no governo federal 2017-2020 – Alemanha

Interesse em política	Confiança no governo federal									
	Total		confiam muito		confiam		confiam pouco		não confiam	
Muito interessado	34.70%	1283	43.80%	57	39.60%	514	32.00%	516	32.90%	168
Interessado	43.80%	1620	32.30%	42	45.60%	592	45.30%	730	37.00%	189
Não muito interessado	14.40%	533	13.10%	17	11.40%	148	16.90%	272	14.30%	73
Não interessado	6.80%	251	10.00%	13	3.50%	45	5.60%	90	15.30%	78
Não sabe	0.20%	7	0.80%	1	0.00%	0	0.10%	2	0.60%	3
(N)		<b>3,698</b>		<b>130</b>		<b>1,299</b>		<b>1,611</b>		<b>511</b>

Fonte: Elaboração própria.

Na Alemanha, o aumento considerável da parcela da população que diz ter muito interesse em política resultou em um aumento entre aqueles que possuem interesse e confiam muito no governo federal; entre aqueles que se dizem não interessados, podemos perceber, nas duas ondas analisadas, o maior percentual de não confiança no governo federal.

Após a aplicação do teste qui-quadrado nos dados referentes à Alemanha, podemos afirmar que existe uma relação entre o interesse em política e a confiança no governo federal em todos os níveis de interesse e nas duas ondas, visto que todos os testes apresentaram resultados menores que 0,05.

Após o cruzamento do interesse político com a confiança no governo federal, passamos à análise da relação entre interesse por política (V84 e Q199) e o nível de confiança nos partidos políticos (V116 e Q72). Os resultados preliminares também apontam a relação direta entre as variáveis.

Em 2014, no Brasil, podemos perceber os seguintes resultados (INGLEHART et al., 2018):

**Tabela 9:** Interesse em política e confiança nos partidos políticos 2011-2014 – Brasil

Interesse em política	Confiança nos partidos políticos									
	Total		Muitíssimo		Muito		Um pouco		Nada	
<b>Muito interessado</b>	8.80%	131	26.40%	4	18.70%	41	8.80%	32	6.20%	54
<b>Interessado</b>	28.30%	421	55.20%	9	37.10%	82	38.60%	141	21.30%	185
<b>Não muito interessado</b>	21.70%	322	5.20%	1	21.90%	48	26.60%	97	20.20%	176
<b>Não interessado</b>	40.80%	606	13.20%	2	22.30%	49	25.80%	94	52.00%	452
<b>Não sabe</b>	0.30%	4	-	-	-	-	0.20%	1	0.20%	2
<b>(N)</b>		<b>1,486</b>		<b>16</b>		<b>220</b>		<b>364</b>		<b>870</b>

Fonte: Elaboração própria.

Em 2018, tivemos no Brasil a seguinte distribuição (HAERPFER et al., 2020):

**Tabela 10:** Interesse em política e confiança nos partidos políticos 2017-2020 – Brasil

Interesse em política	Confiança nos partidos políticos									
	Total		Muitíssimo		Muito		Um pouco		Nada	
<b>Muito interessado</b>	10.80%	190	15.00%	3	14.60%	32	12.70%	40	9.60%	112
<b>Interessado</b>	28.10%	495	16.80%	3	40.30%	88	35.90%	114	24.20%	283
<b>Não muito interessado</b>	21.00%	370	20.90%	4	23.70%	52	22.60%	72	20.30%	238
<b>Não interessado</b>	38.60%	680	47.20%	9	19.40%	42	27.90%	89	44.30%	519
<b>Não sabe</b>	1.40%	25	0	0	2.00%	4	0.70%	2	1.30%	15
<b>(N)</b>		<b>1,762</b>		<b>19</b>		<b>219</b>		<b>318</b>		<b>1171</b>

Fonte: Elaboração própria.

Podemos perceber um movimento contrário nas respostas da população brasileira entre as duas ondas: de 2014 para 2017 houve redução do percentual daqueles que se dizem com muito interesse em política e que confiam muitíssimo nos partidos políticos, ao mesmo tempo em que aumentou a confiança entre aqueles que se dizem nada interessados. No entanto, a distribuição, segundo os resultados dos testes qui-quadrado, permanece com resultados menores que 0,05, demonstrando uma relação de significância entre o interesse e a confiança nos partidos políticos. A exceção da relação fica por conta daqueles que possuem interesse e confiam muito nos partidos políticos nas respostas de 2018, relação essa que apresentou resultado de 0,77, demonstrando uma relação fraca em 2018.

Na Alemanha, em 2014, a distribuição das respostas da população foi a seguinte (INGLEHART et al., 2018):

**Tabela 11:** Interesse em política e confiança nos partidos políticos 2011-2014 – Alemanha

Interesse em política	Confiança nos partidos políticos									
	Total		confiam muito		confiam		confiam pouco		não confiam	
<b>Muito interessado</b>	20.80%	426	41.60%	22	28.10%	123	17.50%	207	19.50%	63
<b>Interessado</b>	41.60%	851	45.60%	25	45.10%	197	43.30%	512	32.60%	105
<b>Não muito interessado</b>	27.80%	569	8.50%	5	23.10%	101	29.00%	343	31.20%	101
<b>Não interessado</b>	9.70%	198	4.30%	2	3.70%	16	10.10%	119	16.70%	54
<b>Não sabe</b>	0.10%	2	-	-	-	-	0.10%	1	-	-
<b>(N)</b>		<b>2,046</b>		<b>54</b>		<b>437</b>		<b>1,182</b>		<b>323</b>

Fonte: Elaboração própria.

Em 2017, tivemos na Alemanha os seguintes resultados (HAERPFER et al., 2020):

**Tabela 12:** Interesse em política e confiança nos partidos políticos 2017-2020 – Alemanha

Interesse em política	Confiança nos partidos políticos									
	Total		confiam muito		confiam		confiam pouco		não confiam	
<b>Muito interessado</b>	34.70%	1283	53.60%	15	45.80%	317	34.40%	737	27.50%	176
<b>Interessado</b>	43.80%	1620	25.00%	7	41.80%	289	46.00%	985	40.70%	261
<b>Não muito interessado</b>	14.40%	533	0	0	10.50%	73	15.10%	323	15.90%	102
<b>Não interessado</b>	6.80%	251	17.90%	5	1.90%	13	4.40%	94	15.40%	99
<b>Não sabe</b>	0.20%	7	3.60%	1	0	0	0	0	0.30%	2
<b>(N)</b>		<b>3,698</b>		<b>28</b>		<b>692</b>		<b>2,141</b>		<b>641</b>

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se nesses dados que mesmo os maiores índices de interesse por política na Alemanha em 2017 resultaram em maiores níveis de confiança nos partidos políticos, ainda que, mesmo entre aqueles que se dizem não interessados, a confiança nos partidos políticos também tenha aumentado. Assim como no caso da confiança no governo federal, os testes qui-quadrado aplicados nos permitem perceber a existência de uma correlação entre o interesse em política e a confiança nos partidos políticos entre os alemães. Todos os resultados do teste qui-quadrado foram abaixo de 0,05.

Finalmente, desdobrando os resultados do cruzamento entre interesse por política (V84 e Q199) e o nível de confiança no Parlamento (V117 e Q73), verificamos haver indicativo de correlação entre as variáveis.

No Brasil, na sexta onda do *World Value Survey*, observou-se os seguintes resultados (INGLEHART et al., 2018):

**Tabela 13:** Interesse em política e confiança no Parlamento 2011-2014 – Brasil

Interesse em política	Confiança no Parlamento									
	Total		Muitíssimo		Muito		Um pouco		Nada	
<b>Muito interessado</b>	8.80%	131	26.20%	5	14.20%	42	8.60%	33	6.70%	51
<b>Interessado</b>	28.30%	421	42.80%	8	37.20%	109	34.70%	134	21.60%	164
<b>Não muito interessado</b>	21.70%	322	7.20%	1	22.00%	64	27.00%	104	19.60%	149
<b>Não interessado</b>	40.80%	606	23.80%	4	26.00%	76	29.60%	114	52.00%	394
<b>Não sabe</b>	0.30%	4	-	-	0.60%	2	-	-	0.20%	2
<b>(N)</b>		<b>1,486</b>		<b>18</b>		<b>293</b>		<b>385</b>		<b>758</b>

Fonte: Elaboração própria.

Em 2018, na sétima onda, observou-se a seguinte distribuição referente ao Brasil (HAERPFER et al., 2020):

**Tabela 14:** Interesse em política e confiança no Parlamento 2017-2020 – Brasil

Interesse em política	Confiança no Parlamento									
	Total		Muitíssimo		Muito		Um pouco		Nada	
<b>Muito interessado</b>	10.80%	190	20.80%	5	12.60%	32	8.50%	31	11.10%	119
<b>Interessado</b>	28.10%	495	18.30%	4	39.30%	100	35.70%	130	23.50%	252
<b>Não muito interessado</b>	21.00%	370	16.70%	4	23.50%	60	23.80%	86	19.90%	213
<b>Não interessado</b>	38.60%	680	44.20%	10	22.90%	58	30.90%	112	44.00%	471
<b>Não sabe</b>	1.40%	25	0	0	0.017	4	0.90%	3	1.10%	12
<b>(N)</b>		<b>1762</b>		<b>22</b>		<b>254</b>		<b>363</b>		<b>1071</b>

Fonte: Elaboração própria.

Podemos identificar novamente uma relação entre as respostas daqueles que disseram ter muito interesse em política e muitíssima confiança no Parlamento; no entanto, pode-se afirmar que o interesse aumentou, ainda que pouco, e que a confiança diminuiu ao longo desse tempo, mas principalmente entre aqueles que se dizem muito interessados.

Como nos demais cruzamentos, o teste qui-quadrado foi aplicado, e a relação entre aqueles que se dizem muito interessados e confiam muitíssimo no Parlamento em 2018 apresentou significância de 0,48, enquanto os demais testes apresentaram significância menor que 0,05. Podemos afirmar, desta forma, que, no geral, existe uma relação entre o interesse político e a confiança no Parlamento no Brasil.

Em relação aos dados da Alemanha coletados na sexta onda da pesquisa (INGLEHART et al., 2018), temos a seguinte distribuição:

**Tabela 15:** Interesse em política e confiança no Parlamento 2011-2014 – Alemanha

Interesse em política	Confiança no Parlamento									
	Total		confiam muito		confiam		confiam pouco		não confiam	
<b>Muito interessado</b>	20.80%	426	41.60%	42	22.70%	179	17.20%	157	20.10%	37
<b>Interessado</b>	41.60%	851	38.60%	39	49.30%	388	39.10%	357	26.40%	49
<b>Não muito interessado</b>	27.80%	569	10.70%	11	23.30%	184	32.90%	301	30.30%	56
<b>Não interessado</b>	9.70%	198	9.20%	9	4.70%	37	10.60%	97	23.20%	43
<b>Não sabe</b>	0.10%	2	-	-	-	-	0.10%	1	-	-
<b>(N)</b>		<b>2,046</b>		<b>102</b>		<b>788</b>		<b>914</b>		<b>186</b>

Fonte: Elaboração própria.

E em relação à sétima onda, realizada em 2017 na Alemanha (HAERPFER et al., 2020), podemos observar os seguintes dados:

**Tabela 16:** Interesse em política e confiança no Parlamento 2017-2020 – Alemanha

Interesse em política	Confiança no Parlamento									
	Total		confiam muito		confiam		confiam pouco		não confiam	
<b>Muito interessado</b>	34.70%	1283	47.40%	74	41.60%	551	31.60%	503	30.20%	138
<b>Interessado</b>	43.80%	1620	37.20%	58	45.40%	601	45.10%	718	36.80%	168
<b>Não muito interessado</b>	14.40%	533	10.30%	16	9.90%	131	17.50%	278	15.30%	70
<b>Não interessado</b>	6.80%	251	5.10%	8	3.00%	40	5.70%	91	17.30%	79
<b>Não sabe</b>	0.20%	7	0	0	0.10%	1	0.10%	2	0.40%	2
<b>(N)</b>		<b>3,698</b>		<b>156</b>		<b>1,324</b>		<b>1,591</b>		<b>457</b>

Fonte: Elaboração própria.

Podemos perceber que o aumento do interesse em política também refletiu no aumento da confiança no Parlamento na Alemanha, exceto no caso daqueles que possuem pouco interesse, que apresentaram queda no índice de confiança. Novamente, como nas demais instituições democráticas, todos os testes qui-quadrado aplicados demonstraram a existência de correlação entre o interesse e a confiança, com significâncias no nível de 0,05.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo propôs uma investigação sobre a relação entre o interesse por política e o nível de confiança no governo, nos partidos políticos e no Parlamento. Como hipótese, adotamos a expectativa de que há correlação entre as variáveis de interesse e confiança.

Realizamos um levantamento quantitativo, com a comparação entre Brasil e Alemanha e tendo em vista as suas diferenças histórico-culturais. Analisamos dados disponíveis na onda 6 e 7 do *World Value Survey* e identificamos que, na Alemanha, há maiores níveis de interesse por política e de confiança nas instituições quando comparados com os índices de resposta encontrados no Brasil. No entanto, também identificamos que, tanto no Brasil quanto na Alemanha, os níveis de confiança no governo, nos partidos políticos e no Parlamento são diretamente afetados pelo interesse por política dos cidadãos.

O desenvolvimento metodológico proporcionou que encontrássemos correlação entre o interesse por política e a confiança nas instituições em ambos os países, percebendo-se também uma relevante disparidade entre as respostas positivas às duas variáveis nos países, indicando congruência com a teoria da cultura política e sobretudo possibilidade de explicação de outros fenômenos, como, por exemplo, a maior estabilidade da democracia alemã quando comparada à brasileira.

Nesse sentido, a conclusão a que chegamos é que as hipóteses são verdadeiras e se confirmaram, ou seja, há congruência entre as variáveis, de forma que, quanto maior o interesse por política, maior é o nível de confiança no governo, nos partidos políticos e no Parlamento. Os dados também mostraram claramente que a população alemã confia mais nas suas instituições porque tem maior interesse em política do que a população brasileira.

Assim, as distinções entre países com democracias consolidadas, como a Alemanha, e aqueles onde esse processo ainda está em marcha, como o Brasil, podem ser

compreendidas pela relação dos cidadãos com a política, seu interesse e sua confiança nas instituições políticas, ou seja, pela cultura política. Não se trata de adesão cega ou apoio, mas sim crença em que a política é o espaço de encaminhamento dos conflitos, ou melhor dizendo, das relações de poder. Nos países de democracia consolidada, essa situação parece clara. Nos países com democracias em consolidação, há muito ainda que se avançar na confiança nas instituições políticas como mediadoras das relações de poder. Isso fica ainda mais evidente quando vemos líderes sendo eleitos com discursos antipolítica ou criminalizando-a, defendendo a ideia de que a política é o grande mal do mundo por estar afeita à corrupção.

Essa é uma agenda que continuará a nos desafiar muito.

---

#### **SOBRE OS AUTORES**

Ana Paula Dupuy Patella é Mestre em Direito e Justiça Social. Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Hemerson Luiz Pase é Doutor em Ciência Política. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Fernanda Castilhos é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

## REFERÊNCIAS

1. ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].
2. BANFIELD, Edward. *The moral basis of a backward society*. Glencoe: The Free Press, 1958.
3. BAQUERO, Marcello. *A pesquisa quantitativa nas ciências sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
4. BAQUERO, Marcello; GONZALEZ, Rodrigo S. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, p. 492-523, dez. 2016. DOI: 10.1590/1807-01912016223492
5. BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3, jan. 1980.
6. COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.
7. FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
8. FUKUYAMA, Francis. *Confiança: valores sociais e criação de prosperidade*. Lisboa: Gradiva, 1996.
9. GONZALEZ, Rodrigo S. O método comparativo e a ciência política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16160>>. Acesso em: 19 fev. 2022.
10. HAERPFER, Christian et al. (Eds.). *World Values Survey: Round Seven – Country-Pooled Datafile*. Madrid, Spain; Vienna, Austria: JD Systems Institute & WVSA Secretariat, 2020. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
11. INGLEHART, Ronald et al. (Eds.). *World Values Survey: Round Six – Country-Pooled Datafile*. Madrid, Spain; Vienna, Austria: JD Systems Institute; WVSA Secretariat, 2018. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
12. MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os artigos federalistas*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
13. MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
14. NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
15. PASE, Hemerson Luiz. *Capital social e desenvolvimento: a experiência do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora UFPel, 2016.
16. PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
17. RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. Democracia, crenças e cultura política na América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação. *Pensamento Plural*, v. 6, n. 11, p. 27- 42, jul./dez. 2012. DOI: 10.15210/pp.v0i11.3599
18. SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.



Submissão em 03 de agosto de 2021.

Aceito em 19 de novembro de 2021.